

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLII - 2003

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

os *ludi*. Do ponto de vista de Ramón Teja, os espectáculos, que em Roma tinham sido fruto de uma clara associação entre o mundo cívico e religioso, começam a decair no Ocidente porque gradualmente se debilita o espírito cívico, assistindo-se a uma alteração na própria topografia urbana: «os fóruns, os circos, os teatros e os anfiteatros começam a ser substituídos pelas igrejas como lugar de encontro dos seus dirigentes com o *populus*, que se transforma agora na *plebs Dei*» (p. 168).

As p. 175-265 contêm 84 fichas, muito bem ilustradas, das peças que integraram a exposição, divididas tematicamente: o teatro, o circo e o anfiteatro.

Trata-se, no fundo, como tentámos demonstrar, de importante síntese sobre uma temática que, sendo da Antiguidade Romana, detém actualidade flagrante, pois todos os jogos eram ponto de encontro, eram palco de vaidades económicas, eram cenário ideal para o teatro da política... Como hoje. Os actores vestirão diversas roupagens e facilmente podem mudar de papéis; no fundo, porém, actores e espectadores actuam na mesma cena...

MARIA FILOMENA BARATA
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

José Carlos SAQUETE CHAMIZO, *Las Elites Sociales de Augusta Emerita*, (Cuadernos Emeritenses, 13), Museo Nacional de Arte Romano/Asociación de Amigos del Museo/Fundación de Estudios Romanos, Merida, 1997. 215 p. (Depósito Legal: BA — 126/1996).

O presente estudo integra a colecção “Cuadernos Emeritenses”, meritória iniciativa do Museo Nacional de Arte Romano e da respectiva Asociación de Amigos, cuja publicação vem sendo feita desde 1989, com regularidade assinalável.

Na Introdução (p. 13-16), o autor justifica o título escolhido, sustentando que a expressão «elites sociales» é adequada à heterogeneidade dos grupos dominantes na sociedade local, já que devem ter-se em conta quer as diferenças de estatuto entre os líderes políticos locais e os augustais da colónia, quer a presença de notáveis de outros centros urbanos e de membros da administração imperial, temporariamente instalados na capital provincial.

Saquete Chamizo sublinha ainda que o seu estudo «está centrado de forma especial en la articulación de los notables de la sociedad emeritense y sus mecanismos de funcionamiento interno», assumindo dois tipos de intenções:

a) «trabajar con la epigrafía emeritense de manera conjunta y desde una perspectiva histórica», de modo a analisar os grupos sociais e políticos mais importantes da colónia, comparando-os com a situação de outras cidades do mundo romano;

b) «plantear problemas e interrogantes sobre asuntos varios», tais como: quais foram os grupos mais importantes da colónia e qual a sua composição; como

era a sociedade emeritense nos primeiros anos de existência da cidade; qual foi o reflexo da condição de capital provincial de *Emerita* na sua configuração social; qual o papel dos libertos.

Estabelecidos os objectivos, o autor desenvolve o seu estudo em seis núcleos, respeitantes à epigrafia de *Emerita* (I), à génese da sociedade emeritense (II), à análise da onomástica emeritense (III), aos sectores sociopolíticos (IV) e às elites sociais da colónia (V), terminando com a análise do comportamento das elites locais emeritenses (VI).

No capítulo I (p. 17-20) tecem-se algumas considerações sobre a epigrafia de *Augusta Emerita*, constituída por cerca de 1000 inscrições, das quais apenas 10% mencionam indivíduos que podem ser considerados notáveis. O autor adverte-nos para a tentação de extrair conclusões gerais de um tal conjunto, que se enriquece a cada momento, embora considere que é possível traçar uma panorâmica geral da sociedade local, particularmente no que se refere aos grupos dirigentes. Abordam-se ainda os problemas e critérios relativos à datação do material epigráfico utilizado (p. 18-20), cujo âmbito cronológico se situa entre o século I d. C. e o III d. C., embora sejam ocasionalmente referidas inscrições mais tardias.

No segundo capítulo (p. 21-72), Saquete Chamizo analisa extensamente a génese da sociedade emeritense, procurando determinar a influência de três factores fundamentais para a sua estruturação: a criação *ex nouo* de *Emerita*; a sua fundação com veteranos; o seu papel como capital da *prouincia Lusitania*.

O autor refere sucintamente as guerras cântabras (p. 21-22) e o contributo de Díon Cássio (p. 23-24) para o estabelecimento da data de fundação de *Emerita* (25 a. C.). Analisa ainda a possibilidade de uma criação cesariana, proposta por Alicia Canto em alternativa à criação *ex nouo* por Augusto, concluindo pela ausência de «argumentos suficientemente convincentes» que sustentem tal posição (p. 24-39).

De seguida, Saquete Chamizo estuda a *deductio*, através das fontes literárias (p. 39-48). Em primeiro lugar, demonstra que os veteranos instalados em *Augusta Emerita*, antes da sua participação nas guerras cantábricas, terão combatido às ordens de Marco António (p. 39-41). Tal facto permite enquadrar a sua fundação na política augustana de colocação de antigos soldados de Marco António em zonas periféricas do Império (p. 41-44). Assim, entende-se melhor a ausência de referências às duas legiões cujos efectivos foram instalados em Mérida (a *V Alaudae* e a *X Gemina*) nas primeiras amoedações da colónia, entre outras particularidades destes anos iniciais da vida emeritense (p. 44-48).

Segundo Saquete Chamizo, a grande extensão do território colonial não documenta um benefício augustano mas tão-somente circunstâncias conjunturais; na região haveria terrenos disponíveis em abundância e pouco dispendiosos (p. 48-50). Por outro lado, embora não se conheça a quantidade e qualidade das terras atribuídas aos veteranos, estas não seriam muito férteis nem possuiriam grandes riquezas minerais (p. 50-52).

Quanto à população indígena da região, é possível que esta fosse pouco numerosa e o povoamento disperso, o que terá minorado o impacto da instalação da colónia. No primeiro período de *Augusta Emerita*, esses indígenas terão tido um

papel muito apagado, como sugere a escassez de elementos onomásticos e votivos de cariz indígena (p. 52-59).

As questões relativas ao *ius italicum* e à *immunitas* são equacionadas sucintamente, defendendo Saquete Chamizo que tais privilégios não foram imediatamente atribuídos a *Augusta Emerita*, no momento da sua fundação. Tal facto dever-se-ia à origem dos primeiros colonos e à modesta importância da colónia, nesta fase inicial da sua existência (p. 59-62).

Os testemunhos referentes aos primeiros povoadores da colónia são igualmente sistematizados; embora as referências directas a veteranos sejam exíguas, no que respeita à época augustana (facto explicável pela própria natureza militar da *deductio*), a onomástica, os retratos e a tipologia dos túmulos confirmam a origem itálica desses primeiros colonos (p. 62-65). Recorde-se, a propósito da inscrição de *Q. Iallius Sex. f. Pap.*, a mais antiga referência datada a um emeritense (p. 64), que José d'Encarnação tem defendido que o monumento regista o gentílico *Tallius* e não *Iallius* (in *Conimbriga* 30, 1991, p. 181).

O papel desempenhado pelo estatuto de capital provincial na evolução de *Augusta Emerita* é salientado pelo autor; efectivamente, com a aquisição do novo papel de lugar central na vida da província e com o patronato de *Agrippa*, a modesta colónia conheceu uma projecção, inesperada até esse momento, que determinou todo o seu desenvolvimento posterior (p. 65-67).

É igualmente abordada a relação estreita de *Augusta Emerita* com o território da Bética, particularmente com a *Baeturia*, explicável por condicionantes geográficas e históricas. Essa relação está especialmente expressa a nível da onomástica e do hábito epigráfico (p. 67-72).

O terceiro capítulo debruça-se sobre a onomástica (p. 73-82). É apresentada uma útil lista de *nomina* documentados até 1995 (p. 73-86), sendo assinalada a quantidade de pessoas que usaram cada um deles. Por lapso, a lista menciona *Albanus* e *Aulus* (p. 73), quando a referência correcta deveria ser *Albanius* (vide AE 1990, 517 = CIL II 551) e *Aulius* (vide EE 8, 21 + EE 9, p. 26). Foram detectados 190 *nomina*, documentados em 723 indivíduos. Salientem-se, entre as interessantes considerações do autor, «la considerable variedad y dispersión de *nomina*, representados por uno o dos individuos», situação verificada em diversas colónias (p. 77); a predominância de gentílios itálicos, bem como o facto de muitos deles estarem documentados nos principais centros urbanos da Bética (p. 80).

Acrescentemos que, consultando a referida lista, verifica-se que alguns dos gentílios com uma só ocorrência na colónia e raros na *Hispania* (por exemplo, *Cominius*, *Peticus* e *Ursius*) estão igualmente atestados em *Olisipo*. Tal facto assume um certo interesse, já que, como salientou o próprio autor (p. 142), *Olisipo* acabou por ser o porto natural da capital provincial.

Quanto aos *cognomina* (p. 80-82), Saquete Chamizo nota uma grande diversidade, com escassa representação de antropónimos indígenas e abundância de antropónimos de origem greco-oriental, inclusivamente em notáveis da colónia.

O quarto capítulo é dedicado ao registo epigráfico dos «sectores socio-políticos» (p. 83-93). A *ordo decurionum* surge amiúde na epigrafia local, sobretudo

nas homenagens públicas a notáveis (entre os quais, alguns magistrados), como é habitual (87-90); por vezes, ocorre a referência expressa à *colonia* como promotora de tais homenagens (p. 86-87). Infelizmente, embora os *coloni* estejam documentados numa *tabula de hospitium* (p. 84), não são conhecidas referências ao *populus*, à *plebs* ou aos *incolae* (p. 92-93).

No quinto capítulo, o autor debruça-se sobre as elites sociais da colónia (p. 95-159). Relativamente aos senadores emeritenses (p. 95-104) diz Saquete Chamizo: «no sabemos praticamente nada de las familias de rango senatorial oriundas de *Emerita*» (p. 95). Embora admita que as condicionantes económicas da sociedade emeritense dificilmente originariam grande número de senadores, defende que a escassez de dados é explicável pelo carácter aleatório dos testemunhos epigráficos e pela própria especificidade da carreira senatorial (p. 100-102).

As referências a magistrados provinciais pertencentes à ordem senatorial ou à ordem equestre são maioritariamente de carácter oficial, particularmente no que respeita aos governadores, como seria de esperar (p. 104-114). Mais uma vez se verifica a ausência destes magistrados em actos de benemerência relativos a construções públicas, como preconizava a legislação vigente (p. 111-112). Por outro lado, tendo em conta a escassa intervenção de membros da ordem senatorial na construção de edifícios públicos, adquire maior destaque a actuação de *Domitia Vettilla*, responsável pela edificação do templo de Marte, e esposa do senador *L. Roscius Paculus*, homenageado pelo *concilium prouvinciae* (p. 113-114).

O autor procede à revisão do *corpus* de magistrados locais (vide quadro anafítico, p. 115-116), analisando cada uma das ocorrências e rejeitando alguns testemunhos duvidosos (p. 114-119). Apesar da exiguidade dos testemunhos, alguns dos quais incompletos, foram assinaladas algumas tendências: dos poucos *nomina* conhecidos, alguns (*Cornelius*, *Pompeius*) estão bem documentados entre os magistrados municipais a nível peninsular (p. 120); o *cursus honorum* é pouco rígido e conjuga cargos civis (*aedilis*, *IIuir*) e religiosos (*pontifex*, *flamen* colonial e provincial), assumindo o flaminato provincial um lugar de destaque (p. 120-127 e 131-133); a estrutura de algumas carreiras poderá atestar diferenças sociais entre as várias famílias de notáveis locais (p. 125-126); diversos magistrados terão acedido à ordem equestre através da *praefectura fabrum*, sendo provável que o desempenho dessas funções tenha constituído essencialmente uma forma de granjear maior notoriedade e não necessariamente a vontade de dar início a uma carreira equestre (p. 127-129). O autor detém-se também numa referência a dois *praefecti*, presentes na homenagem da *ordo decurionum* a *Sex. Furnius Iulianus*, patrono da colónia, sugerindo que foram nomeados em substituição dos *duouiri* regulamentares (p. 126-127).

Permita-se-nos, relativamente a um dos magistrados citados por Saquete Chamizo, *L. Pomponius M. f. Capito* (p. 116), homenageado em *Scallabis* (AE 1966, 177), algumas breves observações. A transcrição do texto que documenta o magistrado, inserida no apêndice (p. 171, n.º 2), reproduz a leitura de Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira (in *Revista de Guimarães*, vol. 76, fasc. 1-2, 1966, p. 27-31), embora com algumas gralhas ao nível dos sinais dia-

críticos. Ora, essa leitura foi alvo de correcções por estudos posteriores. Relativamente à colónia na qual foi desempenhado o duunvirato e o flaminato, Maria das Dores Girão Cruz (in *Arqueologia*, 14, 1986, p. 116) leu *COL AVGI* (linhas 3 e 5), sugerindo *Col(oniae) Aug(ustae) I(uliae) [Em(eritae)]*, em alternativa a *Col(oniae) Aug(ustae) E[m(eritae)]*; se a interpretação não é ainda consensual, já a leitura de Girão Cruz parece ser mais correcta (vide HEP 4, 1084, por exemplo). Por sua vez, o gentílico do magistrado deverá ser *Aponius*, hipótese sugerida pela observação do monumento e acolhida por Amílcar Guerra em estudo recente (in A. M. Arruda *et alii*, *De Scallabis a Santarém*, MNA, Lisboa, 2002, p. 99 e 182). De qualquer modo, a identificação apresentada nesta obra (p. 116 e p. 132, nota 515) segue a proposta de Almeida e Ferreira sem ter em conta, tal como ILER 5540, que se trata meramente de uma proposta de restituição (*[L.] [POM]PONIO [M. F.][C]API-TONI*).

Ainda no que respeita aos notáveis locais, Saquete Chamizo referencia as duas únicas flamínias da colónia, distinguidas com o flaminato perpétuo (p. 133-134). Menciona igualmente a única ocorrência individual de um *decurio*, sugerindo tratar-se de um *allectus* (p. 134-135); a problemática ocorrência de *Ulpius Rufus*, *allectus Emerita* e *Traiani decurialis*, é alvo de escrutínio que o autor admite ser inconclusivo, atendendo à própria ambiguidade do texto e à questão da autenticidade da peça (p. 135-137).

O autor analisa igualmente a presença das elites locais da província na capital e a sua relação com os notáveis emeritenses (p. 137-145). A participação nas reuniões do *concilium prouvinciae Lusitaniae* e o desempenho do flaminato provincial são apontados como factores determinantes para a presença de notáveis provinciais na capital (p. 137-138). Lamentavelmente, são conhecidos poucos flâmines e flamínias provinciais, quase todos oriundos de municípios, à excepção dos emeritenses (p. 138-140). Tal facto, segundo Robert Étienne, revelaria uma maior vitalidade dos municípios e superioridade das elites indígenas face às colónias e respectivos notáveis, posição que Saquete Chamizo rejeita, defendendo que, independentemente do estatuto jurídico, são os recursos naturais e a posição geográfica das urbes que determinam a sua maior ou menor pujança social e económica (p. 140-143).

Quanto às relações entre os notáveis provinciais e os notáveis emeritenses, Saquete Chamizo considera que, apesar da convivência que certamente ocorreu em actos públicos, parece ter existido uma barreira entre os dois grupos, a exemplo de *Tarraco* (p. 144-145).

A ocorrência dos augustais em *Augusta Emerita* é também analisada (p. 145-156). Estes estão essencialmente presentes em epitáfios. A ausência total de registo epigráfico de homenagens públicas aos augustais ou de actos de benemerência protagonizados por augustais é atribuída pelo autor a factores de índole sócio-política: um certo controlo social por parte das elites dirigentes da colónia; a concorrência de notáveis mais destacados (locais, provinciais e membros da administração imperial); o patrocínio imperial, inibidor da benemerência privada (p. 152-155). Por outro lado, Saquete Chamizo pensa que as condições económicas

de Mérida não terão sido propícias a uma grande mobilidade social dos libertos, apesar da sua abundante presença na epigrafia local (p. 155-156).

Finalmente, o autor tece algumas considerações acerca dos patronos da colónia (p. 156-159). Apenas são conhecidos dois: um anónimo e *Sex. Furnius Iulianus*, governador da *Lusitania* entre 210-213 d. C. e cônsul em 213-214 d. C. (p. 156-158). Saquete Chamizo advoga a hipótese de que *M. Vipsanius Agrippa* pode ter sido o primeiro patrono da colónia; reforça também a ideia do patrocínio da família imperial (p. 158-159).

No sexto capítulo (p. 161-169), em conclusão, o autor enuncia os aspectos gerais do comportamento das elites locais emeritenses, relembrando a escassez de dados para o esclarecimento de algumas questões (políticas matrimoniais; mobilidade social e sua articulação; fontes de riqueza; ...).

Segundo Saquete Chamizo, *Augusta Emerita* conheceu um período propriamente “colonial”, caracterizado por uma elite pouco definida, sem tradição familiar e com poucos recursos económicos. Tais características derivam da inexistência de uma elite anterior, devido ao carácter *ex nouo* da colónia, e da origem militar dos povoadores, bem como da escassez de recursos naturais e, presumivelmente, de recursos próprios dos colonos, pagos em terras e não em dinheiro. Este contexto inicial, extensível até finais do século I d. C., explica também a falta de testemunhos de actos de benemerência de particulares; em contrapartida, a iniciativa imperial e os recursos próprios da colónia terão financiado as principais obras públicas da colónia.

O autor reforça a ideia de que a promoção da colónia a capital provincial determinou a sua evolução posterior e a das suas elites. *Augusta Emerita* transformou-se num foco de atracção de elementos de várias origens, entre os quais avultam os notáveis provinciais. A *ordo decurionum* teve assim a possibilidade de se renovar, selectivamente, admitindo no seu seio alguns elementos mais destacados de elites externas à colónia, através da *adlectio*; tornou-se também possível eleger importantes patronos da colónia. Por outro lado, os elementos que ascenderam à carreira equestre, aparentemente, não continuaram a carreira, permanecendo na sua *patria*.

Finalmente, Saquete Chamizo adverte (p. 168) que a importância de *Augusta Emerita*, essencialmente de cariz administrativo, não é comparável à de outras capitais provinciais da *Hispania*, sendo apenas no século IV, como capital da *Dioecesis Hispaniarum*, que assume um verdadeiro relevo no mundo romano.

Após este último capítulo, o autor apresenta um útil apêndice epigráfico (p. 171-181), um índice de lugares (p. 183-184), a bibliografia geral (p. 185-205) e estampas de algumas das moedas e inscrições citadas no texto (p. 207-215).

Relativamente ao apêndice epigráfico, é pena que o autor tenha optado por apresentar os textos das inscrições sem qualquer restituição das letras perdidas, tendo em vista o leitor menos familiarizado com a epigrafia emeritense; por outro lado, a falta de espaçamento entre os diversos elementos das inscrições dificulta a leitura.

Quanto ao índice de lugares, relativo à *Hispania* (com a correspondência entre o nome antigo e a denominação contemporânea), poderiam ter sido incluídas

mais algumas referências, citadas na obra (vide p. 85, nota 87; p. 139: Bobadela e *Ossonoba*; p. 163: *Aeminium* e *Ciuitas Arauorum*; p. 164: *Lama*, *Lancia Oppidana* e *Lancia Transcudana*, por exemplo).

Após este percurso pelas páginas da obra em apreço, recordemos as palavras do seu autor na introdução, após exarar os seus principais objectivos: «Se trata, pues, de avanzar en el conocimiento de la Historia Antigua de la colonia de *Augusta Emerita* y de *Hispania* en general.» (p. 15). Cremos que Saquete Chamizo cumpriu plenamente o seu intento. Vários factores contribuíram para essa concretização: a sua perspicácia na análise das diversas fontes disponíveis, particularmente as literárias e epigráficas; o seu domínio da realidade emeritense e da bibliografia correspondente; o conhecimento profundo dos paralelos peninsulares e extra-peninsulares que permitem contextualizar melhor os dados emeritenses; a exposição sistemática e clara do manancial de informações disponíveis e dos problemas subjacentes; a capacidade de colocar questões, catalisadoras de novas perspectivas de abordagem.

Os primeiros anos desta colónia que viria a ser capital provincial e as suas elites surgem-nos agora a uma nova luz, propiciando novos caminhos na análise do percurso da sociedade emeritense. Esta é, pois, uma síntese bem conseguida que constitui um marco fundamental para futuros estudos dedicados a *Augusta Emerita* e à *prouincia Lusitania*.

LUÍS DA SILVA FERNANDES

José Beleza MOREIRA, *Cidade Romana de Eburorittium*. Óbidos, Mimesis, Porto, 2002, 175 pág., ilustr. ISBN: 972-8744-39-0.

A identificação de uma cidade antiga, quer se lhe aponte como sucessora directa uma povoação nossa contemporânea, quer se lhe procure apenas uma localização geográfica aproximada, reveste-se com frequência de especiais dificuldades. Com efeito, basta recordar que, das nove *mansiones* indicadas pelo *Itinerário de Antonino* para a estrada *Olisipo-Bracara* (*It. Ant.*, 420,8 – 422,1), só as que marcavam pontos extremos do referido itinerário conservaram permanentemente a memória da sua identidade romana.

A identificação das *civitates* entre as quais se dividiu a maior parte do território lusitano a partir de finais do século I a. C. conheceu, felizmente, progressos significativos no terço final do século XX, ainda que subsistam numerosos problemas pendentes. A obra que analisamos vem resolver definitivamente uma dessas questões, discutidas desde o século XVI com maior ou menor imaginação a partir de parcos testemunhos literários e de vagos vestígios arqueológicos. A descoberta fortuita das ruínas de *Eburorittium* mostra como deve ser considerada cautelosamente qualquer hipótese baseada na ausência de testemunhos. No caso presente,